

Pataxós podem ser expulsos de Coroa Vermelha

Levi Vasconcelos

Coroa Vermelha, o ponto exato em que Pedro Álvares Cabral desembarcou para o frei Henrique de Coimbra celebrar a 1ª Missa no Brasil, em 26 de abril de 1.500, está sendo alvo de uma nova disputa por motivos tão velhos quanto o Brasil: os brancos querem tirar os índios de lá e ocupar o último filé (simbólico e paisagístico) do sítio histórico do descobrimento, a fim de executar o Projeto Coroa Vermelha, integrante do projeto do Museu Aberto do Descobrimento (Made), que será inaugurado na festança dos 500 anos da chegada de Cabral, em 22 de abril do ano 2.000.

A área é considerada terra indígena e o processo de legalização se arrastou tão lentamente que só foi concluído pela Funai em abril. Mas antes, em 26 de janeiro, o governador Paulo Souto sancionou a Lei 6.941, aprovada pela Assembleia Legislativa, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar as terras "pertencentes ao município de Santa Cruz de Cabralia", fazendo a observação: "Ressalvados os direitos indígenas na referida área".

A pendenga sobre a posse da área de Coroa Vermelha está nas mãos da Procuradoria Geral da República, que recebeu uma sucessão de denúncias de Organizações Não Governamentais (ONGs) ligadas aos índios, como a ANAI-BA, e parlamentares, a exemplo de Paulo Jackson (PT). "Na época das discussões, chegamos a fechar um acordo com o líder do governo, José Ronaldo (PFL), para formarmos uma comissão de acompanhamento da execução do projeto do Made, com três membros do governo, um da Funai, um das ONGs, três

dos índios, um do Ministério da Cultura, um da Prefeitura de Cabralia e outro da de Porto Seguro. Depois, ele recuou. "O governo quer o controle total de terras que não podem ser desapropriadas", garante o deputado.

Jackson, que pediu a inserção, nos anais da Assembleia Legislativa, do editorial intitulado "A reserva dos ricos", publicado em A TARDE no último dia 6, garante que a área é supervalorizada e a lei aprovada pela Assembleia e sancionada pelo governador fala apenas em "ressalvados os direitos indígenas", o que pode suscitar algo como se uma indenização. Em Coroa Vermelha, os índios afirmam que as primeiras conversas foram no sentido de transferi-los para 500 metros adiante, mas fora da área do Made.

Os índios garantem que se o governo quiser beneficiar o local, tudo bem, mas tirá-los de lá, nem pensar. "Como é que alguém pode chegar na sua casa e dizer: saia que agora eu sou o dono?", indaga o índio Boré, 76 anos. "Nós somos os donos da terra. Cabral não descobriu nada aqui. Quando chegou, já nos encontrou. Fez uma visita, rezou três missas e foi embora", completa. "Até pela significação histórica, os pataxós devem permanecer onde estão", afirma o antropólogo José Augusto Sampaio, membro do conselho e ex-presidente da Associação Nacional do Índio (Anai-BA), assegurando que a instituição vê os preparativos para os 500 anos do descobrimento "com muita desconfiança", porque são mais voltados para o ponto de vista do português e não do índio".



Os pataxós sobrevivem da venda de artesanato aos turistas e podem ser expulsos da área pelo projeto que deveria valorizá-los

Turismo começou em 73

Com todo o seu simbolismo histórico, Coroa Vermelha viveu até bem pouco tempo como um ponto qualquer deserto do litoral brasileiro, esquecido. Só em 22 de abril de 1973 voltou a ver ares de civilização, assim mesmo, no embalo do "milagre brasileiro", que forjava a máscara nacionalista para tapar os porões da ditadura. O presidente Emílio Médici construiu uma base de concreto, fincou um cruzeiro de madeira e, numa pedra tirada dos recifes por onde os navegantes teriam desembarcado, cravou a placa, dizendo que naquela data inaugurava a BR-101 e os acessos a Monte Pascoal e todo o sítio histórico.

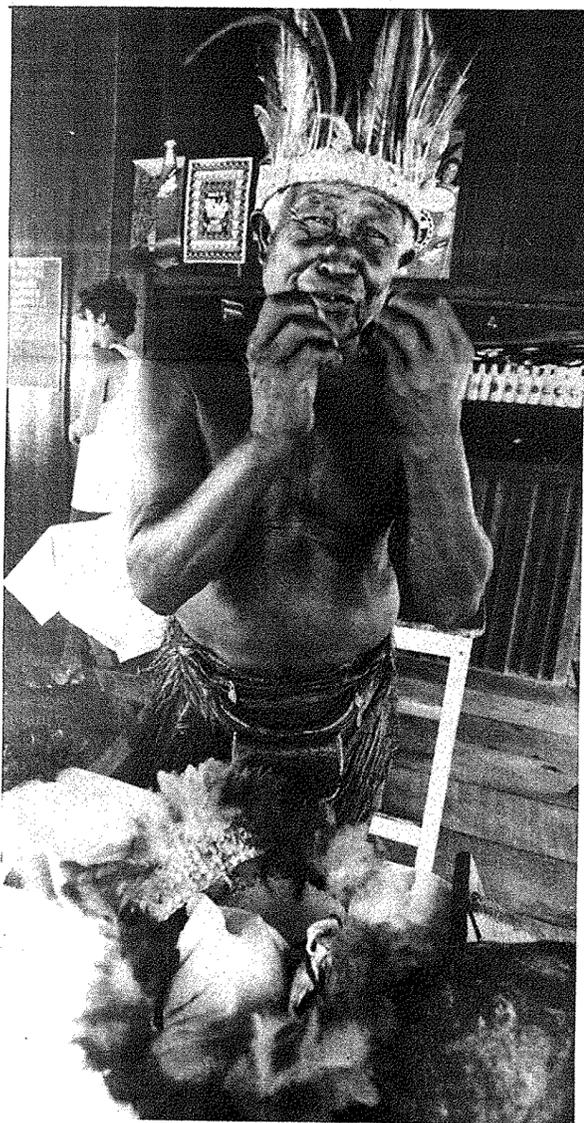
Foi a partir daí que Porto Seguro, até então uma pacata cidade litorânea, explodiu para o turismo. Até antes de Médici, Coroa Vermelha era tal e qual Cabral encontrou. Depois, voltou a ser abandonada, até que os índios das nove tribos pataxós da região resolveram ocupar, instalando a aldeia justamente na área concretada, com o consentimento do prefeito Alcides Góbiras Lacerda, que cedeu as terras, de boca. Cerca de mil índios, entre adultos e crianças estão lá até hoje.

O lugarejo é pobre, formado por barracas na beira da praia e uma tabacaria construída em madeira por outro

prefeito, Filó Gomes, a fim de que os índios pudessem vender obras de artesanato. Hoje, como todos os espaços tidos como nobres do sítio histórico, estão tomados por hotéis, pousadas e restaurantes, Coroa Vermelha desperta a cobiça. Ainda mais que na festa dos 500 anos fatalmente receberá investimentos. "Sem o índio perde a graça", diz o comerciante Assis Cassiano Pereira, de Caçambu, Minas, que nos últimos cinco anos vai religiosamente descansar em Porto Seguro e adjacências.

"Vai ser muito difícil tirar aquele povo de lá", diz o prefeito eleito de Porto Seguro, Ubaldino Júnior. "Já

há supermercados, farmácias e toda uma infraestrutura, sem falar no lado dos índios", lembra. De fato, Coroa Vermelha é área indígena, mas dividida com brancos. Na há problemas, "O branco não invadiu aqui. Entrou porque o índio deixou. Alguns até venderam seus pontos comerciais", diz o ex-cacique Saracura. A ameaça de despejo, portanto, paira sobre índios e brancos pobres. "Tudo indica que o governo quer tomar o comércio do índio. Índio não paga imposto, é isento de tudo", ressalta José Augusto, da Anai. A maioria dos 600 pataxós adultos de Coroa Vermelha é analfabeta.



O velho índio Boré conta histórias do Descobrimento a turistas

Festa mobiliza muita gente e gera discussões

Não são poucas as pessoas que estão voltadas unicamente para os preparativos da festa dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Diplomatas dos governos brasileiros e português vão intensificar, a partir de fevereiro, os contatos com os grupos estaduais e municipais, sob os olhares desconfiados dos antropólogos, que divergem da maioria dos projetos até filosoficamente: não aceitam, por exemplo, a celebração apenas do ponto de vista da "ocupação européia", já que a diversidade racial brasileira tem como bases o índio, o negro e o próprio português.

Aldeneiva Celene de Almeida Fonseca, antropóloga baiana que estuda doutorado em "Histoire et Civilisations" pela Escola des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), de Paris, e milita na Anai, ao dar parecer sobre o projeto Museu Aberto do Descobrimento, foi taxativa: "Todas, ou quase todas as idéias propostas, vão no sentido da comemoração da expansão européia no mundo, reproduzindo a visão de fora, a visão do chegante, em detrimento de uma visão do país sobre si mesmo".

Justamente por isso ela propôs a construção do Memorial Tupi-



A Praia de Coroa Vermelha é um ponto de visitação obrigatório para turistas de todo o mundo

nambá, que está em estudos pela Universidade Federal da Bahia, para quebrar o ritmo colonialista: "Esse Brasil de 500 anos apenas é uma meia história. Temos que falar

em 500 anos de ocupação européia no Brasil. O Brasil não é esse país de meninos que todos querem fazer acreditar, é muito mais profundo. A ocupação humana no Brasil data

de 30 a 40 mil anos", diz ela, ressaltando que, em princípio, marcar a data dos 500 anos do descobrimento é boa e oportuna, mas não é todo projeto que deve ser acatado.

Índios contam a descoberta

"Descobrimento", como diz a historiografia oficial, ou "visita", como preferem os índios, o fato é que os atuais habitantes de Porto Seguro e adjacências, brancos ou índios, respiram todos os dias a epopéia do navegador português, para temperar o fascínio que as belas praias do sítio histórico exerce sobre os turistas, com um toque de magia lendária. É quando a história vira estória. O turista gosta.

"Vou te contar coisas que nem o Cabral 'sabia'", diz o garoto Sérgio Costa Reis, 14 anos, guia formado pela Prefeitura de Cabralia. A rigor, ele não está mentindo. Cabral não era profeta, e sim navegador, e certamente nunca imaginou que um dia o local seria como é. Mas os índios, que unanimemente refutam a tese do descobrimento, mas registram a visita "contada de pai para filho", deitam e rolam, muito ao seu modo.

"Os portugueses nem demoraram tanto. Chegaram, rezaram a missa, tiraram o retrato e foram embora. Eu

mesmo tenho um retrato desses", garante o ex-cacique Saracura (é uma gravura). "Os índios originais aqui eram tupiniquins e aimorés, mas somos descendentes deles. Quando a esquadra partiu levou uma indiazinha que dom Pedro criou e daí nasceu a princesa Isabel", afirma o índio Boré, para as platéias que sempre desembarcam em Coroa Vermelha a fim de fazer turismo.

Os pataxós, que vivem espalhados pelas aldeias de Mata Medonha, Biri-ba, Barra Velha, Trevo, Águas Belas, Caramuru, Nova Vida e Panelão (Itaju do Colônia), além de Coroa Vermelha, têm uma das suas grandes fontes de renda no artesanato indígena, que produzem em larga escala. Mas até nisso são engolidos pelos brancos. Saracura se queixou que muitos vendem até 10 gamelas por um quilo de fato de boi. "Aí complica, porque somos obrigados a vender barato, dar quase de graça", garante.

Projeto propõe intervenções em diversas áreas

O projeto Museu Aberto do Descobrimento (Made) prevê várias intervenções no sítio histórico do descobrimento, que vai de Monte Pascoal, passando por Trancoso, Arraial D'Ajuda, Porto Seguro até Coroa Vermelha, o único local fora do município de Porto Seguro (pertence a Cabralia). Eis os principais projetos.

Portal Oceânico do Avistamento — Trata-se de uma escultura-marco que assinala o local do avistamento e do primeiro ancoradouro. É um monumento marítimo que pretende dar aos visitantes a visão dos descobridores, a 54 quilômetros da costa.

Espaço do primeiro contato — Na foz do Rio Caf. A idéia é convidar artistas a conceber o encontro conforme a concepção de cada um.

Memorial da Primeira Missa e Auto do Descobrimento — O projeto prevê a "recuperação da favela indígena" para instalação desse equipamento. No Auto do Descobrimento a descoberta do Brasil seria encenada periodicamente. Não fala sobre posse da terra e propriedade dos equipamentos.

Memorial Brasil — A idéia é uma exposição permanente que leve qualquer brasileiro de instrução

mediana "a visualizar um panorama geral da História da Civilização Brasileira".

Memorial Portugal — Nos mesmos moldes do Memorial Brasil.

Museu da Língua Portuguesa — Pretende contar a história da língua com recursos audiovisuais.

Centro de Referência da Cultura Indígena — Na única vez que se fala nos índios a pretensão é esgotar o assunto com o projeto. Origens, línguas, costumes, artes. Mas só a partir do centro, como está dito, pretende-se desenvolver projetos de promoção social para os pataxós, cujo bem-estar, aliás,

seria uma das prioridades do próprio centro.

Centro de Referência da Cultura Negra — Pretende contar a história dos negros no Brasil.

Museu da História da Companhia de Jesus — Vai contar a história dos Jesuítas.

Museu Pero Vaz de Caminha — Aparece no mapa, mas há detalhes.

Pólo Ecológico Marinho — Voltado para preservação do mar e dos rios, fauna e flora aquática.

Pólo Ecológico da Mata Atlântica — Voltado para preservação do que resta de mata nativa.